

Desafios e dificuldades docente frente à inclusão no ensino superior: Compreensões sobre a prática pedagógica no curso de geografia de uma universidade pública no Estado do Pará

**Teaching challenges facing inclusion in higher education: Comprehensions about the
pedagogical practices in the Geography course at a public university in the State of
Pará**

265

**Guilherme Cezar Sousa Vieira¹
Taise Regina Cardoso Santiago²
Arlen Maia de Melo³**

Resumo: A demanda da adequação curricular dos cursos em nível superior voltados à Educação Especial ganham cada vez maiores proporções, pois é notório que o aumento de alunos com necessidades educativas especiais que adentram aos cursos superiores de formação profissional são constantes. Entretanto, sabe-se que o quantitativo de docentes que não se encontram preparados para atenderesse público, e assim, lhes proporcionar uma formação acadêmica adequada assume uma crescente demanda. Percebem-se, portanto, vários desafios frente a inclusão desses acadêmicos nesse nível de ensino. Por conta disso, a presente pesquisa objetiva caracterizar as práticas educativas do curso de geografia em uma universidade pública no Estado do Pará frente ao processo de inclusão. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de forma que a coleta de dados foi realizada a partir de um questionário formulado com perguntas abertas direcionadas à resolução dessa problemática. Os resultados obtidos nessa pesquisa estão atrelados às reflexões sobre a participação dos docentes na resolução de questionamentos acerca de categorias previamente estabelecidas. Nessa perspectiva os participantes apresentaram suas concepções sobre os principais desafios docente no meio acadêmico, as formas de inclusão ou ausência dela e, especificamente, quais as metodologias pedagógicas utilizadas no curso de geografia puderam amenizar ou sanar desafios da prática docente no âmbito do ensino superior.

¹ Mestrando em Educação Pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: gcsvieira@furb.br

² Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: taisse_regina@hotmail.com

³ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia – (PPGEAA/UFPA). E-mail: arlen.maia@outlook.com

**Recebido em 30/03/2022
Aprovado em 26/05/2022**

Sistema de Avaliação: Double Blind Review



Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão, práticas pedagógicas

Abstract: The demand for curricular adequacy of higher education courses aimed at Special Education is gaining increasing proportions, as it is clear that the increase in students with special educational needs entering higher professional training courses is constant. However, it is known that the number of professors who are not prepared to serve this public, and thus, provide them with adequate academic training, assumes a growing demand. There are, therefore, several challenges facing the inclusion of these academics at this level of education. Because of this, the present research aims to characterize the educational practices of the geography course at a public university in the State of Pará in the face of the inclusion process. The work is characterized as a qualitative research, so that data collection was carried out from a questionnaire formulated with open questions aimed at solving this problem. The results obtained in this research are linked to reflections on the participation of professors in solving questions about previously established categories. From this perspective, the participants presented their conceptions about the main teaching challenges in the academic environment, the forms of inclusion or absence of it and, specifically, which pedagogical methodologies used in the geography course could alleviate or resolve challenges of teaching practice in the context of higher education.

Keywords: Special Education, Inclusion, pedagogical practices.

Introdução

O ingresso de alunos com necessidades educativas especiais nas Instituições de Ensino Superior se torna uma realidade frequente, isso devido ao aparecimento de políticas pública que viabilizam o acesso discente no ambiente acadêmico, entretanto, historicamente, percebemos um apagamento da pessoa especial em sua relação de pertencimento ao meio e na execução de suas práticas coletivas a partir das relações sociais. Em vista disos, covém destacar que o ambiente acadêmico não se encontra preparado em sua totalidade para atender as necessidades educativas e as demandas desses alunos.

A cada dia ocorrem avanços na legislação brasileira que viabilizam a inserção gradativa de alunos com deficiência no ambiente educacional e social (AUAD e CONCEIÇÃO, 2009). Essa inserção ocorre muitas vezes de forma não planejada e que não favorece a esse aluno especial, condições educativas que supram suas necessidades. Silva et al (2012) ressaltam que discentes com deficiência que ingressam no nível superior enfrentam inúmeras dificuldades, entretanto, consideram indispensável a execução do papel que a universidade desempenha oferecendo uma educação de qualidade através de ações

metodológicas aplicadas pedagogicamente, pois antes da plena garantia de seus direitos, se reconhece que é dever do estado subsidiar ações que favoreçam não somente o ingresso desse aluno, mas também, sua permanência e saída do âmbito acadêmico.

De acordo com essas concepções, pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) que adentram o nível superior acabam por enfrentar dificuldades constantes no meio acadêmico, dentre elas, o despreparo do corpo docente, limitações físicas, e falta de estratégias pedagógicas que favoreçam seu aprendizado de forma significativa (SILVA et al, 2012). Essas barreiras se tornam, portanto, fator limitante para uma completa e satisfatória formação acadêmica e profissional.

O presente trabalho se justifica pela necessidade de reflexão sobre as ações desenvolvidas pela inserção de um aluno cego no curso de Geografia de uma universidade pública no Estado do Pará, que nos fez questionar as práticas pedagógicas do corpo docente, pois hoje as leis estão presentes para garantir o acesso e inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em sua plenitude. Para tanto, notou-se que a presença do aluno em sala de aula, desencadeou inquietações por parte de muitos docentes, já que os mesmos se sentiam inseguros para trabalhar com esse aluno, haja vista que ao longo dos anos da existência do curso, não tinham ocorrido experiências voltadas ao atendimento de discentes com essa especificidade. Portanto, buscou-se compreender como esse processo inclusivo ocorreu, principalmente, por parte dos professores inseridos nesse contexto e quais métodos foram traçados para que esses profissionais conseguissem superar esses desafios no cenário educacional. O Objetivo geral desse estudo tem como direcionamento compreender a prática pedagógica de docentes do curso de Humanas em uma universidade pública no Estado do Pará em relação à Educação Inclusiva. Como objetivos específicos a presente pesquisa visa:

- a) identificar as principais dificuldades e desafios dos sujeitos da pesquisa com relação à Educação Especial no nível superior;
- b) conhecer que metodologias esses professores utilizam, ou buscam utilizar, em suas aulas para facilitar o processo de ensino-aprendizado de discentes com necessidades educacionais especiais.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, a qual possibilita compreender os

processos dinâmicos vividos por grupos sociais, bem como, descrever sua complexidade e analisar suas interações, favorecendo assim, um maior entendimento das particularidades, comportamento e entendimento dos indivíduos sobre determinado assunto (RICHARDSON, 1989).

A coleta de dados se deu através da aplicação de questionário, este foi constituído por cinco questões abertas de forma a favorecer uma maior liberdade de opinião por parte dos entrevistados. Mediante as perguntas se buscou saber o tempo de profissão, as dificuldades, os desafios e as metodologias apresentadas por esses docentes quanto à temática da educação inclusiva, e mais especificamente, à educação especial, no nível superior.

Para uma melhor análise dos dados os resultados obtidos foram organizados em categorias, tais como: Desafios e dificuldades dos docentes frente à inclusão no ensino superior, o curso de humanas e os alunos com necessidades educacionais especiais e Metodologias trabalhadas pelos docentes.

O questionário era entregue ao entrevistado juntamente com a presença de uma carta de apresentação, a qual explicava a proveniência do trabalho, e os objetivos almejados. O uso de questionário foi fundamental para o trabalho por favorecer a obtenção de uma maior quantidade de dados em um menor intervalo de tempo, possibilitar respostas precisas e com maior liberdade e por poder proporcionar aos entrevistados que as questões fossem respondidas em uma maior, e favorável, escala de tempo (GERHARDT et al, 2009). A pesquisa foi realizada com o corpo docente do curso de Humanas em uma universidade pública no Estado do Pará, os mesmos tiveram suas identidades preservadas a pedido.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial passa a se desenvolver no Brasil, no século XIX, período marcado pela criação do Instituto dos Meninos Cegos, criada no ano de 1854, tendo como direção, Benjamin Constant, o qual hoje representa o nome da escola, que é atualmente conhecida por Instituto Benjamin Constant (IBC). Outro marco importante nesse período é a criação do Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, que teve como direção, o mestre Edouard Huet. Na atualidade, o centro é denominado de Instituto Nacional de Surdos (INES). Ambas foram fundadas por D. Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro (MENDES, 2010; PACHECO E COSTA, 2009; MOZZOTA, 1996).

A partir da instalação das instituições citadas acima, passa a surgir as discussões acerca da Educação Especial, e no início do século XX, começa a surgir o interesse pela educação das pessoas com necessidades especiais. Nesse momento, novas instituições favoráveis ao processo educacional dos deficientes são formadas. Cada Instituto destacava-se no trabalho frente à determinada especialidade, ocorrendo assim, o processo de institucionalização de acordo com as necessidades específicas referentes a visão, audição, física e mental. (PACHECO E COSTA, 2006).

Já em 1971, se estabelece a Lei 5.692/71, Artigo 9º que diz que os alunos que possuísssem deficiências físicas ou mentais, superdotados e os que se encontrassem em atraso quanto a idade regular de matrícula, fariam parte do atendimento referente a Educação Especial. (MENDES, 2010).

Ao longo desse período da Educação Especial, foi efetivado o uso de várias terminologias para representar o grupo social, tais como: alunos especiais, deficientes, pessoas com capacidades especiais, portador de deficiência e portadores de necessidades educativas especiais. Tais denominações ainda são atualmente utilizadas, para favorecer a diminuição das diferenças, entretanto, deve ser levar em consideração, o contexto social e as interações vividas pelo indivíduo, de modo a não caracterizar práticas discriminatórias. (SILVA, 2014; FERREIRA, 2009).

No contexto marcado pela Institucionalização da Educação Especial, começaram a surgir planejamentos e políticas favoráveis ao movimento, assim como a criação do Centro Nacional de Educação Especial. E então, a Constituição Brasileira de 1988, assegurou a garantia do atendimento educacional das pessoas com necessidades especiais. (MIRANDA, 2004).

Nesse contexto, com o intuito de garantir o direito de todos à educação, o país torna-se responsável em assegurar o cumprimento do mesmo, no entanto, passam a surgir Leis e Decretos que viabilizam o processo educacional dos alunos com necessidades especiais, passando assim a ocorrer a construção do movimento de inclusão, de forma a favorecer o ingresso desses alunos nas instituições de ensino regular.

Em decorrência da Declaração de Salamanca, em 1994, que fundamenta que todas as crianças têm direito à educação, novas políticas e movimentos começaram a ser feitos a fim de garantir o acesso educacional para todos. Pereira e Santos (2009) relatam sobre

algumas políticas de inclusão que foram adotadas a partir de 1994. Dentre elas:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, no artigo 59, a qual ressalta a asseguuração de recursos, métodos e currículo ao estudante com intuito de atender suas necessidades;

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/ 2001, que objetiva a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade;

O Decreto nº 3.956/2001, que afirma a igualdade de direito das pessoas com deficiência;

A Resolução CNE/CP nº 1/ 2002 define a organização curricular e formação docente nas instituições Superiores de ensino a fim de que a mesma contemple a diversidade de alunos.

Um fator determinante no processo de inclusão foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996), que em seu Capítulo V, arts. 58 a 60 estabelecem normas para a Educação Especial, favorecendo assim o índice de matrículas de estudantes com deficiência nas séries regulares de ensino.

Através das políticas de inclusão foi possível observar avanços referentes ao aumento de matrículas de pessoas com deficiência no ensino regular, de forma que os dados do Inep, 2013, apontam que 78,8 % ocorreram na escola pública e 21,2% na privada, evidenciando assim, que as políticas públicas referentes à educação inclusiva estão gerando uma maior acessibilidade para estudantes com necessidades educativas especiais.

Entretanto, apesar de avanços visíveis no processo de inclusão desses alunos, ainda há muito a ser feito. Ferreira (2009) relata que jovens e adultos com deficiência constituem a ampla parcela da população de analfabetos no mundo porque não tiveram oportunidades de acesso à educação na idade certa, estando relacionada, portanto, com os dados do censo de 2010, que aponta que 61,1% da população com deficiência encontram-se sem instrução.

O processo inclusivo está ocorrendo de forma gradativa, de modo que vem aumentando o número de alunos com necessidades especiais que concluem o ensino fundamental e médio e chegam ao Ensino Superior (THOMA, 2006).

Apesar do aumento gradativo nos índices de escolaridade das pessoas com deficiência, é notória em muitos lugares a ocorrência do processo de inclusão/exclusão, o qual é caracterizado o ingresso institucional do aluno, mas sem proporcionar a ele, uma

educação digna e de qualidade (THOMA, 2006). E isso ocorre devido o despreparo das instituições e dos professores, os quais assumem um papel de grande importância nesse processo inclusivo, entretanto, não são preparados para lidar com esse público.

A partir da Lei n.9394/96, as instituições de ensino superior, começam a discutir questões pertinentes a educação especial, de forma que essa legislação estabelece ao devido meio de ensino, responsabilidades relacionadas ao processo inclusivo de pessoas com necessidades especiais nesse ambiente educacional (ROCHA E MIRANDA, 2009).

DESAFIOS E DIFICULDADES DOS DOCENTES FRENTE À INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

A formação profissional é um dos principais desafios enfrentados pela educação inclusiva, no sentido de que existe a necessidade de discussões sobre inclusão desde a formação inicial de professores, para que os mesmos possam sentir-se preparados para trabalhar com a diversidade em seu amplo sentido. O crescente número de alunos com necessidades educativas especiais que estão inseridos nos diversos níveis de ensino exige a formação de professores capacitados para receber esses alunos e propiciar-lhes uma educação digna e de qualidade.

Quando perguntados a respeito dos desafios visualizados sobre a inclusão no ensino superior, 50% dos entrevistados apontaram que a falta de uma formação profissional especializada constitui o maior desafio a ser enfrentado pelos docentes, o que ratifica a necessidade de uma formação inicial e continuada que possibilitem o cumprimento e averiguação da inserção da educação especial, e em maior amplitude, a educação inclusiva, no currículo, proporcionando discussões amplas e específicas para uma melhor atuação profissional que suscite debates ainda mais consistentes nesse campo.

A formação profissional é sem dúvida o fator essencial para que a educação especial ocorra de forma favorável, neste sentido, a capacitação profissional é condição determinante para o processo de inclusão (NOZI e VITALINO, 2012).

Dessa forma, entende-se que as dificuldades estão na preparação das aulas e ferramentas de ensino, adaptação do conteúdo e conciliação das atividades com todos os alunos, e isso de certa forma, tornam-se fatores que desafiam o professor frente à prática inclusiva. Essas dificuldades podem estar diretamente relacionadas ao fato das universidades

não se sentirem desafiadas a assumir práticas inclusivas (PIMENTEL, 2013).

Terra e Gomes (2013) enfatizam em sua pesquisa que:

São os professores que essencialmente carregam a árdua tarefa de conciliar, mesmo com todas as carências existentes no sistema educacional, brasileiro, suas atividades, a fim de atingir satisfatoriamente a todos os seus alunos, inclusive, alunos com NEE, visando transpor todas as dificuldades existentes na sua inserção e inclusão à rede regular de ensino. (TERRA; GOMES, 2013, p. 113)

A fim de minimizar as dificuldades encontradas ao lidar com alunos que possuem necessidades educativas especiais, os docentes tentam adaptar-se a essa nova realidade e a partir de então começam a repensar suas práticas pedagógicas com o intuito de praticar uma maior aproximação com seus alunos.

A utilização de materiais didáticos também é um desafio de grande destaque diante da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Diante disso, a falta de preparação de atividades voltadas à realidade dos educadores e a difícil tarefa de adaptação de alguns recursos disponíveis são situações problemáticas que podem provocar impactos negativos no docente que pelo fato de não ser preparado para trabalhar com as temáticas relacionadas com esse processo inclusivo, acaba por se deparar com novos desafios (COSTA et al, 2006).

RESULTADOS ESPERADOS

Os dados obtidos são provenientes da participação dos docentes. Para uma objetivar uma melhor análise, foram elaboradas categorias: Desafios e dificuldades dos docentes frente a inclusão no ensino superior, o curso de Ciências Humanas e os alunos com necessidades especiais, e as metodologias utilizadas pelos docentes.

Os sujeitos da pesquisa possuem um tempo variável de profissão, no entanto, a maioria apresenta uma experiência correspondente há mais de dez anos. Entretanto, poucas foram as experiências vivenciadas pelos mesmos com alunos com necessidades educativas especiais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, G. K; FERREIRA, A. C; DICKMAN, A. G. **Educação de estudantes cegos na escola inclusiva: o ensino de física.** XVIII Simpósio Nacional de Ensino de Física, Vitória. 2009.

AUAD, J. C; CONCEIÇÃO, M. I. G. Educação especial superior: o exemplo da Universidade de Brasília. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 34, p.213-224. 2009.

CAMARGO, E. P., SANTOS, S. L. R., NARDI, R., & VERASZTO, E. V. Alunos com deficiência visual em um curso de química: fatores atitudinais como dificuldades educacionais. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 6., 2007, Florianópolis Anais eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2007. p. 1-15.
Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/vienpec/autores0.html>>.
Acesso em: 26 fev. 16.

CARDOSO, L. R., & MIRANDA, D. A. A. B. Deficiência visual: dificuldades vivenciadas no contexto universitário. In: **CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**, V. 2009. Londrina. p. 1135-1143.
Disponível em:
<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/138.pdf>>.
Acesso em: 26 de fev de 2022.

COSTA, L. G; NEVES, M. C. D; BARONE, D. A. C. O ensino de física para deficientes visuais a partir de uma perspectiva fenomenológica. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 2, p. 143-153, 2006.

FERREIRA, W. B. **EJA & deficiência: estudo da oferta da modalidade EJA para estudantes com deficiência.** In: PAIVA, J.; BARBOSA, M.J.; FERREIRA, W.B. Educação de Jovens e adultos: o que dizem as pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, 2009. p.75-128.

FERREIRA, W. B. EJA & Deficiência: estudo sobre a oferta a modalidade EJA para FORTES, V. G. G. F. A Inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos. 2005.

GERHARDT, T. E. A., RAMOS, I. C. A., RIQUELME, D. L., & SANTOS, D. D. **Estrutura do projeto de pesquisa.** In: GERHARDT, T. E., & SILVEIRA, D. T. (Org.). Métodos de pesquisa. Rio Grande do Sul. UFRGS, 2009. p.65-87.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, v. 23, n. 38, p. 345-356, 2010.
Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/2095>
Acesso em: 20 de abr de 2022.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo.** Brasília. 39p.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y*

Pedagogía, v.22, n. 57, p. 93-109, 2011.

MIRANDA, A. A. B. História, deficiência e educação especial. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n. 15, p. 1-7, 2004.

MOREIRA, L. C. In (ex) clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. Revista Educação Especial, Santa Maria, n. 25, p 37-48, 2005.

NOZI, G. S; VITALIANO, C. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais. Revista Educação Especial, v. 25, n. 43, p. 333 347, 2012.

PACHECO, R. V; COSTAS, F. A. T. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. Revista Educação Especial, n. 27, p.151-169, 2006.

PEREIRA, C. L., & SANTOS, M. Educação inclusiva: uma breve reflexão sobre avanços no brasil. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 265-274, 2009.

PIMENTEL, S. C. (org.) et al. Estudantes com deficiência no ensino superior: construindo caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2013

RAZUCK, R. C. S. R; GUIMARÃES, L. B. O desafio de ensinar modelos atômicos a alunos cegos eo processo de formação de professores. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 48, p. 141-154, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCHA, T. B; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 34, 2009.

SILVA, H. M., SOUZA, S.M.C., PRADO, F., RIBEIRO, A.L., LIA, C., & CARVALHO, R.L.. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: Revisão de literatura. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 10, n. 2, p. 332-342, 2012.

SILVA, L. G. S. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões**. 1ª edição. São Paulo: Paulinas, 2014. 117 p.

TERRA, R.N., GOMES, C.G. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v.26, n.45, p.109-124, 2013.

THOMA, A. S. **A inclusão no ensino superior: ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos... isso exige certamente uma política especial**. 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, p. 0-18, 2006.